

Entrevista feita com Célio Bermann, professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP (realizada em 24 de maio de 2008), durante o encontro “Xingu Vivo para Sempre”

Por Gerhard Dilger

Qual é sua avaliação do encontro Xingu Vivo Para Sempre?

A gente não pode fazer uma avaliação sem fazer referência ao que aconteceu no embate entre a população indígena e o representante do governo - no caso, o engenheiro da Eletrobrás que sofreu uma agressão_, sem dúvida, e isso teve uma repercussão nacional. O encontro passou a estar na mídia brasileira por conta desse fato.

A forma de reação dos indígenas mostra que para eles não existe mais o caminho da negociação. Eles estão percebendo que estão sendo desconsiderados, já que os projetos das usinas hidroelétricas, e não apenas Belo Monte, coloca em questão a vida deles. Eu espero que este encontro seja entendido como um sinal de que as populações indígenas estão colocando o seu futuro em jogo e também o do governo brasileiro. As empresas devem levar em conta esta situação. Não há mais espaço para manobras, para manipulação. As populações indígenas não aceitam mais esse tipo de comportamento.

A intenção de construção de usinas hidroelétricas em áreas indígenas deve ser revista. Ela não deve mais ser entendida como algo que é eminentemente uma necessidade de produção de energia, sem levar em consideração os povos tradicionais, particularmente as populações indígenas. Se eles não quiserem, o governo precisa entender que há de se buscar outro tipo de projeto, outro tipo de arranjo, com outras características, eventualmente com potência mais baixa, para poder viabilizar a intenção de energia elétrica.

Mas o governo não está dando nenhum sinal de reconsiderar isso...

Eu considero que talvez o principal desafio para o governo é ele não passar para a história como um governo que foi algoz das populações indígenas, porque nós estamos chegando em um momento de conflito em que o resultado é o mais inadequado possível, sob o ponto de vista da possibilidade de se ter uma situação negociada, uma situação ajustada. Não é por acaso que, ao mesmo tempo em que aconteceu esse acidente, o mesmo tipo de comportamento de desconsideração com as populações indígenas estava acontecendo em Roraima, com a área indígena Raposa Serra do Sol. A idéia de que há que se manter as condições de sobrevivência das populações indígenas, e o entendimento de que essa manutenção significa a não-construção e a não-ampliação da capacidade de produção de energia elétrica através das hidroelétricas é um grande desafio. Eu penso, sei que de maneira mais positiva, que existe a possibilidade de se redesenhar os aproveitamentos hidroelétricos de forma a preservar as áreas indígenas. O que acontece particularmente com o projeto Belo Monte é que, em princípio, o governo tenta mostrar que a construção da barragem é a única alternativa que não significa a construção das outras hidroelétricas. Existem algumas áreas indígenas que vão ser impactadas, mas a escala dela é muito mais significativa do que a construção das outras três usinas que estão sendo pensadas...

...Mas negadas oficialmente...

É. Então, qual é a estratégia atual do governo? Diz que só será construído Belo Monte e que não vai construir as outras três usinas porque elas interferem na população indígena. Só que os indígenas perceberam que a intenção não é apenas construir Belo Monte; que construí-la significa aumentar o risco, porque as outras usinas são imprescindíveis para Belo Monte; porque as outras usinas vão garantir a viabilidade econômica de Belo Monte. Hoje, construir Belo Monte com 11000 MW e assegurar esta potência apenas durante três meses é um absurdo do ponto de vista técnico, embora a empresa Eletrobrás afirme que três meses é suficiente pois é um momento em que ela vai dentro do sistema interligado nacional. Belo Monte vai garantir, segundo a Eletrobrás, um surplus que não seria possível sem a sua construção. Mas se sabe que não é possível um investimento dessa ordem para uma usina funcionar a plena carga apenas durante três meses, e para aumentar a capacidade de geração é preciso regularizar a vazão. E para regularizar a vazão, há necessidade de construção das outras usinas hidroelétricas à montante de Belo Monte. Isto é um fato técnico.

A que teria problemas, sob o ponto de vista das terras indígenas, é Altamira, que se chamava Babaquara na primeira versão do projeto. Ela teve alguns reajustes, mas é uma usina cujo

reservatório será enorme. A primeira versão do projeto da usina de Altamira atingia mais de 6 mil de km² de reservatório, o que é uma área excessiva. Como é uma planície aonde vai se construir, também a escala não vai ser muito menor que essa.

O que acontece com as outras duas? Houve modificação de projeto em relação aos projetos originais. Uma usina, cuja construção estava sendo pensada para ocorrer em Ipixuna, teria seu reservatório atingindo a área urbana de São Felix. Então remanejou-se esse projeto para que fosse possível construir a usina de São Felix, sem atingir a área urbana da cidade. Há ainda uma terceira que ainda está sendo pensada.

Então, esse conjunto de usinas é que vai interferir de forma significativa na área indígena. O recado que foi dado pelo representante da Eletrobrás, de que isso não iria acontecer, que é só uma usina e que ela já foi pensada para reduzir os problemas ambientais.

Só que os indígenas perceberam que havia uma intenção de não dizer a verdade. A reação deles foi no sentido de mostrar ao governo brasileiro: agora há um limite! Nós não aceitamos mais esse tipo de manobra em que a gente sempre sairá perdendo.

Qual seria a conexão entre a construção de Belo Monte e o desmatamento na Amazônia?

É claro que toda obra de infra-estrutura acaba trazendo também uma série de eventos que acabam aumentando a degradação territorial. Na Amazônia, essa degradação pode ser prevista no momento em que a construção atrai muita gente à procura de emprego. Há ainda o problema relacionado com a oferta de serviços para essa população que vai chegar. Não conheço, da parte do governo, nenhuma medida no projeto de Belo Monte que preveja e que diminua os problemas relacionados com essa questão.

Além disso, há também todo o problema relacionado com a construção dos canais, que significa remover um grande volume de terra. Essa terra precisa ser colocada em algum lugar, de maneira que não gere um passivo ambiental. Esses canais também serão concretados e isso é uma significativa intervenção no território da região, pois deixarão de permitir que todo o fluxo hídrico subterrâneo se mantenha. Vai ser criada uma outra forma de arranjo do fluxo hídrico. Então, é uma série de situações que acabam determinando um processo de degradação do território local e que, na medida em que essas atividades ocorrem, o processo mais regional acaba também determinando uma perda do que sobra da cobertura vegetal através do desmatamento. O fato é que amplia-se um processo que já acontece. O desmatamento na região já é um fato independente da construção da usina. A construção amplia esse processo.

E, olhando um pouco mais para a Amazônia em geral, em que medida ela muda com esses projetos hidroelétricos?

Mais da metade da capacidade de geração hidroelétrica no Brasil está na região amazônica. Então, os projetos hidroelétricos têm a intenção de aumentar a capacidade de produção elétrica no Brasil, com a idéia - que é uma idéia passada para a opinião pública - de que, de uma maneira geral, de que essa energia elétrica vai assegurar o progresso, de que ela é fundamental para que se mantenha um modelo de desenvolvimento da forma como ele é hoje, espaçando a sua capacidade de geração de energia elétrica. E o fato da Amazônia ter mais de 50% desse potencial torna muito importante essa perspectiva.

Hoje, 30% da energia hidroelétrica no Brasil é usada pelas indústrias que consomem muita energia, as chamadas eletrointensivas, e que produzem alumínio, aço, celulose, ferroligas, etc. São indústrias cuja previsão de expansão para os próximos 20 anos está estabelecida. Grande parte dessa expansão de energia elétrica é para assegurar esse tipo de produção - que coloca o Brasil numa posição dentro do processo de globalização como mero produtor de bens primários, de baixo valor agregado, baixo valor no mercado internacional e o alto consumo de energia elétrica. São indústrias que os países industriais não querem mais. Países como o Brasil se transformam em reféns desse processo, em que a produção é determinada internacionalmente, mas que a responsabilidade é brasileira. É do Brasil a responsabilidade de manter esta produção. Mas é também dos países que hoje se beneficiam desse processo, países que encontram outros, como o Brasil, em que a demanda de produtos é assegurada ainda que esta produção gere conflitos sociais e problemas ambientais.

O entendimento desse problema deve ser internacional. Da parte do governo brasileiro, o que seria desejável é que ele reorientasse ou pudesse ter uma política industrial de reorientação desse tipo de produção cujos benefícios, além de se ter indústrias produtoras de bens

transformados com maior valor, não necessitassem dessa escala de expansão da geração de energia elétrica.

O benefício disso seria uma redução da necessidade de tantos projetos que estão sendo pensados, e a possibilidade de preservar as populações tradicionais, em particular as populações indígenas.

Como seria possível conseguir uma mudança na política de governo?

Eu diria que, se há uma grande decepção do governo Lula entre outras várias, é esta: ao contrário do que os estudos mostravam, de que havia necessidade de um redirecionamento da produção industrial e do agronegócio do Brasil, o que o governo Lula fez foi ratificar e ampliar esse papel.

Podemos pensar numa mudança, mas não vai ser com o governo Lula ou com o futuro governo que eventualmente prosseguir com a política do atual; nem vai ser com os governos já conhecidos, com uma perspectiva mais à direita. O que é importante é que o governo amplie essa discussão para o conjunto da sociedade e, com a compreensão da população, ele tenha condições e base política para poder promover as necessárias reorientações da política.

O que fazer para mudar? Eu diria abrir um debate público sobre essas questões, que são fundamentais, para que o posicionamento da população dê a base de apoio para as mudanças. Seria a única forma de reorientar esse processo porque, de outra forma, não há saída.

Do ponto de vista técnico, qual seriam os caminhos alternativos?

Há no Brasil a necessidade de assegurar uma qualidade de vida para o conjunto da população, o que ainda não foi alcançado, e isso significa, eventualmente, aumentar o consumo de energia elétrica (pela possibilidade da população dispor de mais equipamentos elétricos em suas casas). Se a gente pensa na população da Amazônia em particular, eu não vejo, por exemplo uma política que proporcione a esta população o acesso à energia elétrica, mesmo porque se tomamos como referência o programa de governo “Luz para todos”, que é o programa de universalização de energia, ele apenas prevê a extensão de rede. Na região amazônica não há como levar energia elétrica para as comunidades isoladas, então elas ficam fadadas ao esquecimento ou a esta situação, que hoje é indesejável, de ter sua energia elétrica satisfeita por poucos períodos de tempo e em condições bastante inadequadas (como usando diesel para sua geração).

Pensando na região amazônica, uma perspectiva de alteração desse quadro seria uma política consistente de aumento da geração distribuída, da geração que é feita em função das suas condições locais, da disponibilidade dos recursos, e da geração de sua própria energia elétrica. Este recurso também acaba promovendo renda, pois a energia elétrica aumenta a possibilidade de novos empregos. Isso mudaria o quadro da Amazônia da forma que a gente a conhece hoje.

Os agrocombustíveis poderiam ser uma saída?

Não existe uma receita. Há situações em que a produção de óleos vegetais poderia ser a fonte de produção de energia elétrica; ou a produção de óleos vegetais que poderiam ser comercializados e a receita ajudaria a produzir energia elétrica. É uma série de possibilidades que envolvem eventualmente até mesmo painéis fotovoltaicos. Mas isso não é uma novidade, porque já existem várias comunidades com a instalação de painéis, mas que enfrentam problemas de manutenção. É necessário que haja uma estrutura que permita resolver problemas de manutenção ou que haja uma gestão da população que torne essa disponibilidade energética mais adequada.